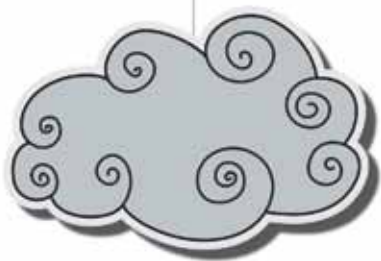


# outrolhar

Boletim Informativo do Mandato  
do Vereador Arnaldo Godoy - PT/BH  
Ano XII - N°47 - Dezembro de 2013



## O esquecimento da política em BH

O filósofo Adauto Novaes assinalou que há uma tendência de menosprezar o papel da política em nosso cotidiano e de elogiar o seu esquecimento, dando mais importância à economia, à privatização da vida pública, à religião, ao moralismo e à eficiência técnica. Esse pensamento corre na boca dos grandes empresários da comunicação, reforçando a estratégia dos poderosos de manter os cidadãos longe do exercício da política.

O esquecimento da política também se tornou uma marca da atual gestão da PBH, em que a negociação e a consulta popular, conceitos essenciais para o exercício da boa política, há muito deixaram de existir em prol da pretensa eficiência administrativa e de um suposto conceito de metrópole moderna.

Até pouco tempo, os exemplos de desconsiderar a população nas decisões administrativas eram pontuais: o decreto que restringe eventos da Praça da Estação, atenuado pela pressão popular de grupos como Praia da Estação e pela Lei nº 10.277/2011, de minha autoria; a implantação do Centro de Referência da Juventude à revelia dos movimentos afins; a inclusão no projeto “Minha Casa Minha Vida” de um artigo que proibia a inscrição de quem invadisse terrenos públicos (logo quem mais precisa) e o descaso em organizar a 4ª Conferência Municipal de Meio Ambiente, que acabou sendo realizada em julho por conta própria pela sociedade.

Contudo, nos últimos meses, uma série de alterações na lei de uso e ocupação do solo potencializou esse esquecimento político e é disso que trata esta edição de **Outrolhar**. De julho a dezembro, meu mandato e eu estivemos envolvidos com todos os movimentos que pensam e defendem uma Belo Horizonte diferente, mais humana e menos submissa aos interesses imobiliários e do capital internacional.



## Editorial

Há que se ponderar que nossa cidade não é diferente de outras metrópoles espalhadas pelo planeta. Há uma grande pressão do capitalismo para que nos transformemos numa capital internacional, onde a lógica do fluxo se sobreponha à lógica dos lugares, das afetividades, com relações políticas e econômicas organizadas por interesses distantes e alheios ao nosso cotidiano.

Mas há escolhas. A atual gestão defende, de forma intransigente, o modelo que privilegia os interesses dos grandes empresários e do setor privado, em prejuízo da imensa parte da população que mora e trabalha em BH. Não sou contra mudanças, mas estou convicto de que a política, atividade que arbitra as relações no espaço urbano e público, jamais deve se submeter à economia. Quero ressaltar que o prefeito Lacerda não convocou a Conferência Municipal de Política Urbana para 2013, como era sua obrigação administrativa.

As questões estão colocadas. Cabe à população de BH pressionar a prefeitura para abrir o debate e exercer seu papel político na estrita acepção do termo. Em seu profundo saber político, Antônio Gramsci fez uma distinção entre dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância.

A tradição do povo de Belo Horizonte, certamente, não é a de apoiar o primeiro grupo.

**Arnaldo Godoy**





## 1º CASO - Centro Administrativo da Lagoinha

Em junho, a PBH publicou um decreto que desapropriou cerca de 20 terrenos no bairro Lagoinha, próximos às esquinas das ruas Bonfim e Itatiaia. Dois meses depois, como uma peça saída da prancheta de algum publicitário ou de um gabinete de tecnocratas, a prefeitura anunciou pelos jornais a construção, no local, do novo Centro Administrativo Municipal, equipamento que abrigaria todas as secretarias e autarquias do município. Como sempre, não houve diálogo prévio com a população nem o projeto foi detalhado, inclusive no valor de seu custo.

Arnaldo Godoy questionou publicamente a necessidade da obra e participou de todas as mobilizações que ocorreram, sempre com o argumento de que centralizar o atendimento em uma região adensada, certamente criaria transtornos sem precedentes no trânsito das avenidas Antônio Carlos, Pedro II e Cristiano Machado. *“Em vez de revitalizar aquela região tão degradada, a prefeitura anuncia um empreendimento de alto custo, numa época em que a internet e outros recursos de alta tecnologia solucionam os problemas de deslocamento físico dos funcionários públicos. Então, qual a verdadeira razão para a obra? Repetir o equívoco da Cidade Administrativa?”*, questionou.

A PBH retirou temporariamente a proposta, mas nada garante que





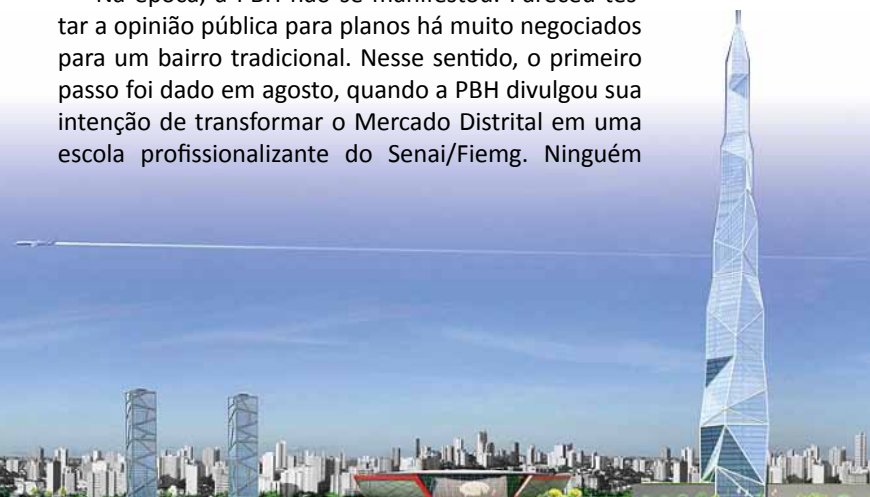
ela retorne e o Centro Administrativo seja construído, para servir de símbolo da falta de transparência.

## **2º CASO - Alteração da ADE de Santa Tereza**

Outro exemplo dessa falta de transparência e da opção da atual gestão pelos interesses do mercado imobiliário é a proposta de alterar a flexibilização na Área de Diretriz Especial (ADE) do bairro Santa Tereza.

Há mais de um ano, o mercado imobiliário anunciou a construção de um arranha-céu de 300 metros próximo ao Boulevard Arrudas, —“o maior edifício da América Latina”, que encheria a todos os belo-horizontinos de um orgulho excelso. O gigante seria erguido ao lado das chamadas “torres gêmeas”, onde funcionariam dois hotéis de luxo, e de um imenso centro empresarial. Empreendimentos desse vulto obri-gariam alterações na ADE do bairro.

Na época, a PBH não se manifestou. Pareceu testar a opinião pública para planos há muito negociados para um bairro tradicional. Nesse sentido, o primeiro passo foi dado em agosto, quando a PBH divulgou sua intenção de transformar o Mercado Distrital em uma escola profissionalizante do Senai/Fiemg. Ninguém





discorda de uma justificativa tão nobre, num país que requer, com urgência, mão de obra especializada para o seu desenvolvimento. Mas um empreendimento para contemplar 4 mil alunos causa impacto no trânsito e demanda, por conseguinte, alterações na ADE do bairro.

Novamente, não houve consulta prévia à população e a PBH já incluiu a escola profissionalizante do Senai/Fiemg no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2014-2017), cuja apresentação dispensou a participação de entidades da sociedade civil. A Fiemg parece ter vencido a batalha, pois já cravou placas informando que é proibido entrar ou estacionar no local, agora “propriedade da Fiemg”.

*“Por mais de duas décadas, lutamos para que Santa Tereza sobrevivesse à especulação imobiliária. Manter áreas específicas de vocação boêmia, cultural e turística é uma aposta que fizemos no futuro da cidade. Por isso, a destinação do antigo Mercado Distrital deveria contemplar esse espírito, sob pena de cometermos um erro irremediável”,* defendeu Godoy nas reuniões convocadas pela comunidade local.

### **3º CASO - Operação Urbana Consorciada (OUC)**

Em outubro, a PBH abriu o jogo do que planejava há tempos para a cidade, lançando o projeto Nova BH, que propõe criar novos modelos de ocupação urbana ao longo de corredores norte/sul e leste/oeste. Santa Tereza está incluída na ponta leste do projeto.

Arnaldo Godoy e outros vereadores trabalham para que o projeto seja suspenso até a realização da Conferência Municipal de Política Urbana, momento de um debate franco e democrático entre todos os setores para encontrar caminhos que reflitam a vocação da cidade e um desenvolvimento equilibrado.

# Cidade

No fim de novembro, duas promotoras do Ministério Público recomendaram ao Conselho Municipal de Política Urbana (Compur) que se abstivesse de votar e aprovar o parecer de Licenciamento Urbanístico do projeto Nova BH. Segundo elas, há vários indícios de irregularidades cometidas durante o processo de elaboração dos estudos.

A análise do projeto está prevista para 19/12, quando o Conselho volta a se reunir.

## 4º CASO - Viaduto de Santa Tereza

Por sugestão da ONG Real da Rua, o vereador Arnaldo Godoy, apoiador histórico dos movimentos de juventude e de cultura da cidade, solicitou a realização de uma audiência pública sob o Viaduto Santa Tereza (22/11), para tratar das propostas da PBH para o local. Apesar de se tratar de uma sessão oficial, que contou com todo o aparato técnico da CMBH e cobertura da TV Câmara, a prefeitura não enviou representante algum, mesmo procedimento que adotou, dois dias antes, na audiência pública realizada pelo Ministério Público.

*“O Executivo municipal não demonstra respeito algum com os ou-*





# Cidade

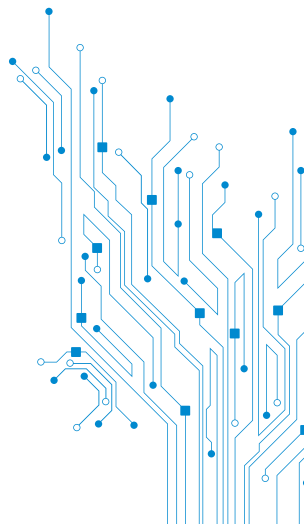
*tros poderes da cidade e o prefeito toma decisões como se estivesse administrando uma empresa. Faz suas escolhas junto ao seu staff e, por fim, avisa as mudanças por meio do jornal mural aos empregados”, criticou Godoy, que foi secretário de Cultura na gestão Célio de Castro, quando implementou, sob o viaduto, o projeto Arco das Artes.*

Mais de uma centena de jovens presentes — gente do grafite, do skate, da arte de rua, do hip-hop e de ONGs que trabalham no local. Todos foram unânimes em dizer que há seis anos ocupam um espaço degradado, que foi completamente abandonado pela PBH. Agora, que se aproxima a Copa do Mundo, em vez de apoiar e incentivar as manifestações espontâneas que ocorrem no local, como o Duelo de MCs, a administração municipal o retoma para maquiá-lo ao gosto pretensamente elitizado dos turistas.

## 5º CASO - Prodabel

Outra proposta do receituário neoliberal adotado pela PBH é a privatização da Prodabel — cujo corpo técnico sempre esteve à altura dos desafios apresentados — e de todo o sistema de informática e informações da prefeitura.

Arnaldo Godoy previne que permitir que a iniciativa privada controle as informações estratégicas do município é “entregar o ouro ao bandido”. *“Fala sério: alguém deixaria uma pessoa que mal conhece cuidar de seus segredos e interesses, sem antes combinar o preço?”*, questiona.





## 6º CASO

### Parceria Público-Privada para construir Umeis

Durante a audiência pública solicitada por Arnaldo Godoy (23/10) sobre a PPP da Educação, representantes da prefeitura deixaram muitas perguntas sem respostas. Pelos valores divulgados no PPAG 2014-2017, a construção de 27 Umeis e cinco escolas de ensino fundamental custarão R\$ 240 milhões, um valor exorbitante! Além disso, no item que se refere à expansão das Umeis, no triênio 2015-2017, há uma reserva de mais de R\$ 213 milhões, apesar de não haver nenhuma escola a ser construída.

*“Ficou a impressão de que a atual gestão valoriza muito mais empresários do que professores. Sempre quando há uma campanha salarial é aquela peleja e sempre há a alegação de que não há recursos. Mas para os etecéteras esses recursos brotam generosos”,* ressaltou Godoy.

Em razão disso, a Comissão de Educação da CMBH analisou um pe-



dido formal de informações para que a prefeitura esclarecesse os estranhos números. Contudo, tendo maioria governista, a comissão rejeitou o requerimento.



# Cultura

## O fim do mecenato na Lei Rouanet

Arnaldo Godoy esteve em Brasília (18/11), com a ministra da Cultura Marta Suplicy, para tratar de diversos assuntos, entre eles a urgência de extinguir a captação por meio da Lei de Incentivo e alocar toda renúncia fiscal no Fundo Nacional de Cultura, que, por meio de editais públicos e democráticos, distribuirá o financiamento.

O vereador confirmou com a ministra o recebimento de uma carta aberta que escreveu em outubro e que enviou para todo o seu contato artístico e cultural. Ele explica que, com muita frequência, recebe solicitações de apoio a grupos de periferias com produções de excelente qualidade, mas a maioria não consegue sequer entrar na roleta russa da captação por meio da Lei Rouanet.

Ele conclui, portanto, que nossa legislação de incentivo à cultura tornou-se um imenso balcão de negócios, em que as possibilidades de captação são garantidas apenas a quem possui fama, visibilidade nos meios de comunicação e contatos com grandes empresas. *“É preciso dar um basta a esse modelo, que, com recursos públicos, financia projetos que não necessitam de incentivo. Rock In Rio, Cirque Du Soleil, desfiles de moda são financiados por inúmeras empresas, apesar de terem um mercado assegurado”,* disse.

Essa proposta de Arnaldo foi defendida e aprovada na 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, que ocorreu nos dias 25 a 27 de setembro.





## **(In) Justiça no Brasil**

No decorrer do longo e penoso julgamento da AP 470, Arnaldo Godoy se manifestou por várias vezes acerca de irregularidades ocorridas no processo. Uma das mais flagrantes foi a teoria do “Domínio de Fato”, que, segundo seu criador, o jurista alemão Claus Roxin, teria sido utilizada de forma errada pelo STF.

Diante a transformação do julgamento em espetáculo midiático pelas “ilibadas” elites brasileiras e levado com pompa e circunstância pelo Judiciário em pleno período eleitoral, e de uma prisão tratada de igual modo, Arnaldo Godoy se solidarizou com José Dirceu e José Genoino, pessoas que teve a honra de conhecer em sua trajetória política. *“Faço isso sem vergonha alguma, em reconhecimento às contribuições essenciais desses companheiros para o retorno e a consolidação do regime democrático no país”*, destacou.

Para ele, contudo, a decisão do STF, por mais polêmica que possa parecer, deve ser acatada e cumprida, apesar da inexistência de provas nos autos, conforme manifestado por vários juristas de renome nacional, como Ives Gandra e Dalmo Dalari, que jamais se simpatizaram com o PT.

*“Lamento, também, a condução do processo, contaminado de forma acintosa pela mesma mídia que se recusa a tratar com ‘isenção’ casos semelhantes ocorridos em outros partidos. Mas o povo brasileiro, da mesma forma que ocorreu nas eleições presidenciais de 2006 e 2010, saberá separar o joio do trigo — conforme apontam as últimas pesquisas — conduzindo seu destino para um país melhor, mais justo, solidário e, principalmente, democrático”*, acrescentou Godoy.

Impresso  
Especial

9912251773/2010 - DR/MG

CÂMARA MUNICIPAL DE  
BELO HORIZONTE



## Boletim Informativo do Gabinete do Vereador Arnaldo Godoy

**Chefe de Gabinete:** Ivani Ferreira

**Assessoria Política:** Célio Cruz

**Assessoria Parlamentar:** Aparecida Delavy, Ilca Moraes, Juliana Gontijo, Kleberth Mendes, Lucas Rocha, Roberto Raimundo e Vilmar Oliveira

**Assessoria de Imprensa:** Fernando Righi Marco - MG 05004

**Comunicação Visual:** Rafael Andrade

**Administração:** Thaiz Santana e Vivaldo Cardoso

**Endereço:** Av. dos Andradas, 3.100 - Gab. 305b - Santa Efigênia - Belo Horizonte - 30260-070 - Fones: 3555-1164 e 3555-1165

**Impressão:** TCS Gráfica — **Tiragem** 13 mil exemplares

[www.arnaldogodoy.com.br](http://www.arnaldogodoy.com.br)

[arnaldogodoy@arnaldogodoy.com.br](mailto:arnaldogodoy@arnaldogodoy.com.br)



**ArnaldoGodoyPT**



**@arnaldogodoy**